À FORÇA E À FRAQUEZA DO COLONIALISMO, O SEU DEVIDO LUGAR[1]

KELLY CRISTIANE DA SILVA
Departamento de Antropologia da
Universidade de Brasília (UnB)

> Mais do que qualquer outra, a Era dos Impérios exige desmistificação precisamente porque nós (...) não vivemos mais nela, mas não sabemos quanto dela ainda vive em nós.
> Eric Hobsbawm *em A era dos impérios*

Dentre as contribuições da boa etnografia às Ciências Sociais, destaca-se seu potencial crítico e criativo para a revisão e expansão de conceitos. Nesse sentido, os artigos que compõem o livro *A persistência da história*, organizado por Clara Carvalho e João de Pina Cabral (2004) são exemplares. Rica em dados etnográficos e históricos, a obra pode ser tomada como um caleidoscópio cujas imagens refletem, sob diferentes ângulos, perspectivas inovadoras e bem articuladas das sociedades "coloniais", "pós-coloniais" e/ou crioulas localizadas em Portugal e em territórios africanos que, no passado, estiveram sob hegemonia lusitana. Na direção das sugestões apresentadas por Ahmad (1995), parte significativa dos artigos do livro evoca a necessidade de colocarmos o imperialismo e a maneira de nos referirmos às sociedades estruturadas em interação com ele – as denominadas sociedades "pós-coloniais" – em seu devido lugar.

Trata-se de observar que a agência colonial foi um dentre vários outros personagens cuja interação participou da construção do que muitos denominam simplesmente de "condição pós-colonial". Assim, se é verdade

1. CARVALHO, Clara; PINA CABRAL, João de. *A persistência da história*. Passado e contemporaneidade em África. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

que a experiência imperial participa de alguma forma da dinâmica política que subjaz às práticas religiosas, aos fluxos migratórios ou ao cotidiano lingüístico observado pelos autores, entre outros temas, ela jamais é considerada monoliticamente. Em primeiro lugar, é apresentada como diversa, com fases e faces distintas. A seguir, é circunscrita em um quadro de relações no qual é tomada como apenas mais uma, entre outras variáveis importantes. Como conseqüência, ganhamos acesso a cenários singulares, assim caracterizados como sínteses de processos históricos, estruturas sociais e representações culturais específicas. Revelam-se ainda conflitos de projetos, interesses e visões entre diferentes atores. Essa premissa analíticafaz-se ainda mais urgente quando levamos em conta a real proporção do Estado colonial português em África até meados do século XX (ALEXANDRE, 1998). Aliás, a própria fragilidade desse Estado, seja ela material ou simbólica, é tomada como objeto de reflexão na obra.

O livro está organizado em três seções: a) *vulnerabilidade imperial; b) transição e precariedade em Cabo-Verde;* e *c) o moldar da história em Moçambique,* definidas como tais em função da afinidade temática dos artigos que as compõem. Não obstante, a densidade dos textos permite sua rearticulação em outros registros, destacando ressonâncias não explicitadas entre eles. Embora a obra não faça referência a fenômenos que tenham como cenário o espaço político que hoje denominamos de Timor-Leste, cuja independência foi restaurada em 2002, alguns artigos evocam questões que se fazem presentes no recente processo de edificação do Estado nacional daquele país. Aproveito esse espaço para trazer à tona algumas delas. Que fique claro, contudo, que não se busca elaborar correlações imediatas entre a pluralidade dos processos sociais ocorridos na África com o que se observa nos últimos anos em Timor-Leste, silenciando, entre outras coisas, o papel da ocupação javanesa. Ela é, inclusive, considerada um dos principais catalisadores dos fatos destacados a seguir.

Na primeira parte do livro, Ricardo Roque (cap. 2) propõe que a expansão colonial seja abordada como uma experiência de vulnerabilidade e não só de dominação. Tomando como fonte de análise relatos que descrevem a expansão portuguesa pelo Moxico, no leste de Angola, ele destaca nessas narrativas a existência de uma consciência de fragilidade entre os portugueses, agentes de um Estado de presença ausente, debilitado em termos militares, tecnológicos e administrativos. As fontes que o autor traz ao texto revelam tensões existentes nas relações entre agentes coloniais de diferentes tipos:

comerciantes, militares, funcionários civis, degredados, etc. Diante dessa pluralidade de atores, ao Estado português cabia não só regular suas relações com e entre as populações nativas, mas também entre os interesses de agentes coloniais dispersos. Roque indica ainda que tais relatos foram apropriados por parte da historiografia colonial como testemunho do considerado caráter heróico da colonização portuguesa. O autor conclui o artigo propondo uma reinterpretação dessas narrativas. Sugere que o enredo heróico da expansão seja tomado como parte de um conjunto de táticas que visavam neutralizar a vulnerabilidade a que os coletivos coloniais estavam sujeitos, promovendo a manutenção e a reprodução dos projetos imperiais. A hegemonia colonial seria, assim, produto de um conjunto de táticas de contravulnerabilidade.

Nesse contexto de discussão, talvez possamos interpretar a incorporação dos médicos goeses na administração portuguesa na África, tal como discutida por Cristiana Bastos (cap. 3), como outro tipo de manobra de contravulnerabilidade. Estratégia comum na história do desenvolvimento dos impérios europeus, sobretudo em regimes de *indirect rule* (MAMDANI, 1998), a instituição de agentes intermediários nas colônias portuguesas foi uma resposta não planejada à carência de funcionários metropolitanos dispostos a servir na África. A partir de relatórios oficiais da administração, Bastos descortina as disputas políticas e identitárias existentes entre médicos portugueses e goeses no distrito de Sofala, Moçambique, no fim do século XIX. Verifica-se a existência de *subalternidades sucessivas* (p. 92) no enredo colonial, nas quais as diferentes populações sob administração lusitana são consideradas como qualitativamente distintas, localizadas em diferentes posições em ordens de subordinação sempre relativas. Embora nunca tivessem tomado os médicos indo-portugueses como iguais, o texto demonstra que os agentes metropolitanos os consideravam uma alteridade superior àquela encontrada entre os africanos. Caracterizados como elite subalterna na África, a quem era interdito o exercício da medicina na Europa e a ascensão a cargos superiores na carreira, os médicos goeses, contudo, compartilhavam com seus colegas reinóis percepções bastante próximas sobre os africanos: desprezavam os costumes locais e defendiam sua civilização por meio de, entre outras coisas, práticas de eugenia. É digna de nota, ainda, a função que relatórios, como os analisados no texto, vieram a cumprir para a legitimação do Império, como sugere a autora.

Publicações como o *Boletim cultural da Guiné Portuguesa*, produzido pelo Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, tiveram papel similar. Elegendo

como objeto de análise a evolução das narrativas apresentadas no Boletim, Clara Carvalho (cap. 4) indica que, aos olhos dos leitores metropolitanos, elas foram meios de produção e cristalização da imagem de um império competente e presente. Ao descrever o ambiente histórico em que se deu a fundação do Centro – 1945, momento em que Portugal incrementava significativamente sua presença na África, criando uma série de novas estruturas administrativas – a autora evoca a relação entre saber e poder no processo de implementação da ocupação colonial (FOUCAULT, 1979; SAID, 1990). A evolução do olhar imperial é assim tratada como expressão das diferentes fases e orientações que informavam as políticas imperiais. Produto da ideologia então em voga de "ocupação científica da colônia", o Boletim e as demais práticas do Centro talvez possam ser lidas também como táticas de contravulnerabilidade, por meio das quais se acreditava produzir um tipo de conhecimento útil à dominação colonial, o qual, ao mesmo tempo, era divulgado para consumo metropolitano como um ícone de competência e sucesso dos projetos civilizatórios alimentados pelo Estado. Trata-se, pois, de um exemplo claro de como a dominação política de um espaço caminha *pari passu* com sua domesticação simbólica.

Wilson Trajano Filho (cap. 1), por sua vez, aborda a maneira como "ser português" tem sido caracterizada ao longo do tempo pelos próprios portugueses, incorporando-se, inclusive, ao modo como estratos das elites crioulas que se formaram na África posicionaram-se, também elas, diante do poder colonial e de outros personagens (p. 49). Nesse sentido, Trajano destaca o poder de um império que se pensava como fraco. Atento à forma e ao conteúdo das fontes analisadas – documentos oficiais, matérias jornalísticas, estórias exemplares etc. –, o autor observa um recorrente pessimismo, uma auto-percepção marcada por idéias de debilidade, fraqueza e humildade. Essas representações, contudo, segundo demonstra o autor, são inusitadamente utilizadas como justificativa da imaginada superioridade moral dos portugueses que, mesmo em condições adversas, teriam sido capazes de edificar um império colonial por meio de atos heróicos. As análises de Trajano e Roque indicam, assim, como idéias de fraqueza, debilidade e fragilidade podem ser positivamente subvertidas, transformando-se em virtude e fonte de identidade em certos contextos políticos. Processo similar parece se fazer presente em Cabo-Verde e em Timor-Leste atualmente, como deixam entrever as discussões de João Vasconcelos (cap. 5) e o recente livro de José Mattoso (2006) a respeito da resistência timorense.

A dignidade (MATTOSO, 2006), biografia de Konis Santana e da resistência timorense, ganha uma nova dimensão à luz das hipóteses apresentadas por Trajano Filho a respeito da força do colonialismo português. Grosso modo, Mattoso explica a perseverança das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (Falintil) e da oposição civil timorense ao Estado indonésio em função do lugar que o respeito à *dignidade* ocuparia na escala de valores característica dos povos que habitam a ilha. Lançando mão de obras clássicas da etnologia indígena australiana, bem como de depoimentos e documentos, o historiador identifica como traço da cosmologia local a precedência do poder simbólico/religioso sobre o poder material/ político (p. 31). Sugere então que essa figuração ideológica teria operado como fonte de auto-legitimação para a resistência ao longo de seus 24 anos de existência.

> (...) A fraqueza dos vencidos não impede a sua superioridade simbólica. Não foi também esta inabalável convicção que sustentou a luta da resistência timorense contra a dominação de uma força material infinitamente superior? (MATTOSO, 2006, p. 31).

Ao longo do livro, Mattoso destaca as precárias condições de funcionamento das Falintil, cuja sobrevivência é interpretada, na maioria das vezes, como produto dos atos de heroísmo de seus componentes. É impossível, pois, não perceber as similaridades existentes entre a maneira como os portugueses se auto-representariam, de acordo com as análises de Trajano, e a forma como Mattoso caracteriza os timorenses ao longo de sua obra. Ambas são passíveis de síntese pela feliz expressão cunhada por Trajano: "pequenos, mas honrados." Talvez estejamos diante de mais um exemplo da força daqueles que se pensam como fracos, portugueses ou timorenses.

Vasconcelos, por sua vez, examina as formas e os contextos em que se manifestam possessões espirituais em São Vicente, e os significados a elas atribuídos pelos ilhéus, considerando-as índices da maneira como os cabo-verdianos se identificam. Entre outras coisas, o autor destaca que espíritos de pessoas que em vida só falavam crioulo se expressam em língua portuguesa. É em torno desse fato etnográfico que ele constrói seu argumento. Essa situação ganharia inteligibilidade aos olhos nativos em função da percepção de que "as capacidades cognitivas potenciais das pessoas são superiores aos seus conhecimentos efectivos"(p. 166). Transposta para

outros domínios de ação social, essa visão, sugere o autor, vai ao encontro da percepção comum entre os cabo-verdianos de que eles vivem em uma condição de "defasamento ontológico" entre suas potencialidades espirituais e condições materiais de vida. Expõe-se que a um contexto marcado por extrema precariedade ecológica e de condições materiais de sobrevivência os cabo-verdianos contrapõem seu vigor espiritual, expresso na música, na literatura, etc. Indicam-se ainda momentos críticos da história do país em que essa narração a respeito da identidade nacional condicionou relações com a Guiné-Bissau, com Portugal e com o Brasil. Em um contexto em que o crioulo, diante do português, é considerado uma língua de menor valor, a lusofonia dos espíritos seria um símbolo e um ícone (PIERCE, 1999) da maneira como muitos ilhéus pensam ser o seu espírito: europeu e civilizado. Diante de suas fragilidades materiais, o valor atribuído às capacidades espirituais dos cabo-verdianos é ainda maior. Elas ganham, assim, uma existência quase heróica. Fica como questão se essa retórica de identidade nacional não seria um desdobramento, em novos termos, do imaginado caráter heróico e virtuoso da existência portuguesa.

Ainda sobre Cabo-Verde, o texto de Isabel Rodrigues (cap. 7) expõe ângulos pouco explorados dos processos que perpassam a construção da memória e da identidade do país, abordando o papel do esquecimento nesses processos. Em contraste com a permanente vulnerabilidade alimentar que, ao longo do tempo, tem se feito presente entre as populações carentes do Mindelo, a autora defronta-se com um grande silêncio diante da persistência da fome. Esse fenômeno é interpretado como indicador de sua onipresente lembrança que, manifesta de maneira silenciosa, representaria uma faceta da identidade cabo-verdiana não facilmente expressa em termos orais. Em outras palavras, é possível considerarmos que a fome tenha se constituído em um tema tabu para essas populações, cuja invocação ordinária pode trazer conseqüências indesejadas. Levando em conta o papel da memória como meio de reprodução social, a autora sugere que o esquecimento sistemático da carestia é um mecanismo de sobrevivência social que persiste em função da própria constância da fome. Sua continuidade ao longo do tempo, destaca Rodrigues, tornaria ainda pouco significativa a diferenciação entre os períodos coloniais e pós-coloniais para populações que vivem à margem do Estado.

A partir de perspectiva distinta, a relativização da importância dessas categorias de cronologização e classificação histórica e epistemológica

(colonial *versus* pós-colonial), muitas vezes tomadas como referências exclusivas e totalizadoras da experiência social, faz-se presente também no artigo de Stephen Lubkemann (cap. 8). Examinando os fluxos migratórios de Manchaze, Moçambique, para a África do Sul, o autor os retrata como resposta a uma série de motivações, numa crítica direta e bem fundamentada ao vício de tomar o colonialismo como fonte explicativa privilegiada para todo e qualquer fenômeno social transcorrido durante sua existência. Vemos, portanto, que a migração, no contexto histórico abordado, foi uma estratégia utilizada para subverter relações de autoridade com base em precedência geracional, para consolidação de relações de gênero desiguais etc. As pressões impostas pela presença do Estado colonial são retratadas como uma, dentre outras tensões existentes, para o fortalecimento das práticas de migração e sua persistência ao longo do tempo, até mesmo, após a independência do país. A complexidade do quadro retratado é alcançada graças à precedência analítica dada aos fatos históricos e etnográficos.

Na busca pelas formas de referência aos portugueses praticadas contemporaneamente entre habitantes da zona rural de Cabo Delgado, em Moçambique, José Teixeira (cap. 10) revela-nos mais um cenário interessante. A presença e a inserção dos *matuga* (portugueses) na região é percebida de maneira diversa pela população, muitas vezes orientada por certa nostalgia do período colonial. Dentre outros fatores, a possibilidade e legitimidade de, aos olhos nativos, alguns portugueses terem se transformado em eficientes feiticeiros é retratada como índice da pluralidade de maneiras de se interpretar o lugar da presença estrangeira. O autor, contudo, vai além da análise de conteúdo dos discursos. Ele os toma também como atos performativos, por meio dos quais se fazem críticas à maneira como têm se estruturado as relações de poder no país após a independência. Assim, a adjetivação de termos como *branco* que, no período colonial, era utilizado principalmente em sua função substantiva, é tomada como expressão da consciência das continuidades que marcam a ruptura com a dominação metropolitana. A existência no vocabulário local de termos como *preto branco* seria exemplar disso.

Em sentido similar, Kammen (2003, p. 84) identifica em Timor-Leste o uso do termo *malae boot* (estrangeiro poderoso) entre membros da elite da geração *timtim*[2] para fazer referência aos retornados da diáspora local que atualmente ocupam altas posições técnicas e políticas no Estado. Expressão poderosa em sua capacidade comunicativa, ela evidencia que, para parte da população, o Estado continua a ser administrado por estrangeiros.

Ainda sob a temática da continuidade, as discussões de Luís Batalha (cap. 6), Teresa Silva (cap. 9) e Gregório Firmino (cap. 11) indicam a reposição e manipulação transformada de marcadores identitários típicos do período colonial – língua, religião, educação e raça – na definição de novas distinções sociais em contextos nominalmente caracterizados como pós-imperiais.

Em Maputo, a adesão a práticas religiosas neopentecostais, pouco reconhecidas por aqueles que têm o poder de definir os padrões de normalidade religiosa, é, nos termos de Silva, uma nova fronteira a partir da qual se elaboram noções de um eu e de um outro (p. 302). Ao longo do tempo, os adeptos do zionismo, em geral habitantes pobres da periferia da cidade, têm sido erigidos como o outro interno, em oposição a católicos ou protestantes.

A identidade de parte da elite *portuguesa-cabo-verdiana* radicada em Lisboa, tal como abordada por Batalha, é celebrada tomando como elemento agregador o passado de incorporação à administração colonial, na qualidade de alunos dos liceus instalados em Cabo-Verde durante o século XX. O saudosismo presente nas recordações deste grupo sobre o passado na *província*, bem como os hábitos de sociabilidade praticados entre eles no âmbito da *Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde* constituem uma amostra das armadilhas presentes em abordagens maniqueístas que, descoladas das auto-representações nativas, impõe uma oposição muitas vezes inexistente entre colonizados e colonizadores.

Firmino, por sua vez, indica que a dinâmica política que levou à conquista da independência de Moçambique transformou a língua portuguesa, para certos grupos, em depositária de novos valores, relativamente dissociados dos significados a ela colados no período colonial. Erigida em símbolo de unidade nacional, a nativização do português, ao menos como projeto, tê-lo-ia metamorfoseado em instrumento de superação de lealdades regionais e étnicas, em língua vernacular. Obviamente, isso não significa dizer que ele tenha deixado de operar como fonte de hierarquização social. Firmino sugere, contudo, que esse potencial já não se realiza pelo simples uso da língua. Ele se faz presente pela forma como se utiliza o idioma.

---

2. O termo *geração timtim* é utilizado para identificar os habitantes do país nascidos e educados enquanto o território era a 27ª província da Indonésia.

Quanto mais próximo de sua variante culta e européia, maior seu poder de agregar prestígio à identidade de quem fala.

Mesmo aqueles pouco familiarizados com as vicissitudes da política timorense sabem do lugar ao qual a língua portuguesa foi alçada na política de resistência à ocupação indonésia. Apropriada estrategicamente como símbolo da particularidade cultural da população de *Timor Timur* na República Indonésia, ela foi cultivada pelas elites dos movimentos de resistência, sobretudo na frente diplomática, como marca da especificidade maubere no arquipélago. Mais que isso, o português foi tomado como mais uma expressão do pretenso caráter latino dos timorenses, do qual a lusofonia seria somente mais uma manifestação. Após a independência, contudo, o cenário que se observa é distinto. Embora definida, junto com o tétum-praça, como idioma nacional e oficial, a língua portuguesa é objeto de múltiplas apropriações e disputas: para alguns ela ainda é um símbolo de libertação e um meio de afirmação de poder; para outros é uma fonte de ressentimento e exclusão social. As interpretações variam em função da localização de diferentes grupos nos processos de incorporação cívica ao Estado que permearam a história do território ao longo do século XX. As disputas entre o Poder Executivo e a hierarquia da Igreja Católica em torno da definição do currículo escolar primário, em 2005, evidenciaram ainda como a adesão ao catolicismo tem se sedimentado na retórica de formação nacional de Timor-Leste como um de seus sinais diacríticos mais importantes (SILVA, 2005a).

Por fim, o livro é concluído com um provocativo e instigante ensaio de João de Pina Cabral. Inspirado pelas constatações das continuidades que perduram ao cisma da independência, o autor destaca as armadilhas existentes nas essencializações implícitas dos processos que permearam a formação dos Estados "pós-coloniais." Como antídoto, propõe-se a desubstantivização dos atores, corporificando-os em identidades múltiplas, situadas e desnacionalizadas. Do contrário, o risco de inventar agentes hiper-reais persiste, os quais, como fantasmas de ilusões autistas, assombram as análises das tensões que se fazem presentes em qualquer processo de disputa política. Para além de uma obrigação acadêmica, essa exegese de nossas tecnologias de tradução é abordada como uma atitude política, potencialmente reveladora das redes e jogos de poder em causa em cada contexto.

A densidade das discussões presentes na obra certamente a transformará em uma referência obrigatória na literatura lusófona sobre colonialismo e pós-colonialismo.

REFERÊNCIAS

AHMAD, Aijaz. 1995. Postcolonialism: What's in a name? In: DE LA CAMPA, Román KAPLAN, E. ANN & SPRINKER, Michael (Eds.). *Late imperial culture*. Londres: Verso.

ALEXANDRE, Valentim. 1998. O Império africano (séculos XIX – XX). As linhas gerais. In: ______. (Coord.) *O Império africano, séculos XIX e XX*. Lisboa: Editorial Estampa.

CAREY, Peter. 2003. Third-World Colonialism, the geração foun, and the birth of a new nation: Indonesian through East Timorese Eyes, 1975-1999. *Indonesia* 76.

FOUCAULT, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

HOBSBAWM, Eric J. 1988. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KAMMEN, Douglas. 2003. Master-slave, traitor-nationalist, opportunist-oppressed: political metaphors in East Timor. *Indonesia* 76.

MAMDANI, Mahmood. 1998. *Ciudadano Y Súbdito*. África Contemporánea y el

legado del colonialismo tardío. Madri: Siglo XXI Editores.

MATTOSO, José. 2006. *A dignidade*. Konis Santana e a resistência timorense. Lisboa: Temas e Debates.

PIERCE, Charles. 1999. *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva.

SAID, E. 1990. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Kelly C. da. 2004. *Paradoxos da autodeterminação*: a construção do Estado nacional e práticas da ONU em Timor-Leste.Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da UnB. Brasília (Mimeografado).

_____. 2005. *Elites timorenses e a construção do Estado:* projeções identitárias, ressentimentos e jogos de poder. Conferência apresentada ao Colóquio Internacional sobre Diversidade, Cultura e a Construção da Nação e do Estado em Timor-Leste. O Porto (Mimeografado).

______. 2005a. A Bíblia como Constituição ou a Constituição como Bíblia? Projetos para a construção do Estado em Timor-Leste. In: *VI Reunião de Antropologia do Mercosul*. Montevidéu. CD-ROM.